

O LABOR DE NOSSOS CORPOS E O TRABALHO DE NOSSAS MÃOS: UMA ANÁLISE ACERCA DO DISCURSO DA HIPERVALORIZAÇÃO DO TRABALHO

Guilherme Leandro Roessler¹

Marcelo Maurício da Silva²

RESUMO

O trabalho, nas sociedades capitalistas, supera todas as barreiras anteriormente estabelecidas e atinge um patamar de supremacia e dominação, podendo ser considerado a base de todas as sociedades modernas. Por meio do método dedutivo, tem por objetivo trazer à tona a atuação da ideologia dentro dos discursos meritocráticos e explicitar como o modelo neoliberal de capitalismo proporcionou a hegemonia do Labor. Para tanto, por via da pesquisa qualitativa e da abordagem interdisciplinar, valeu-se de literatura especializada da sociologia, ciência política e economia política, da análise de princípios e normas gerais do direito, bem como de dados ofertados pela rede mundial de computadores. Dessa forma, trouxe como resultado a evidente dependência ao trabalho existente nos sujeitos produzidos pelo sistema capitalista, que a todo momento, compele o trabalhador a sujeitar-se a relações de trabalho precárias apenas pela simples permanência no Mercado e, assim, garantir sua sobrevivência biológica e simbólica.

Palavras Chave: Trabalho. Labor. Ideologia. Precarização.

THE LABOUR OF OUR BODIES AND OF OUR HANDS: A ANALYSIS ABOUT THE WORK'S OVERVALUATION SPEECH

ABSTRACT

¹ Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Email: guilhermelroessler@gmail.com

² Advogado. Professor de graduação e pós-graduação no curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Especialista em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela ESMAT 21. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Email: marcelomauriciorn@gmail.com

The work, in capitalist societies, overcame all previously established barriers and reaches a level of supremacy and domination, being considered the basis of all modern societies. Through the deductive method, it aims to bring out the performance of ideology within the meritocratic discourses and explain how the neoliberal model of capitalism provided Labor's hegemony. To do this, through the qualitative research and the inter and transdisciplinary approach, it used the specialized literature of sociology, political science and political economy, the analysis of principles and general norms of law, as well as data provided by the world wide web. Thus, it resulted in the evident dependence on the work existing in the subjects produced by the capitalist system, which, at all times, compels the worker to be subjected to precarious labour relations only by remaining in the market and thus ensuring their biological and symbolic survival.

Keywords: Work. Labour. Ideology. Precariousness.

1 INTRODUÇÃO

O humano, desde os primeiros registros que se tem acesso interage com o mundo a sua volta transformando a natureza em ferramentas e artifícios que, além de facilitar sua vida, permitiram sua estabilidade. Esse movimento de transformação de essência dos objetos da natureza permitiu a criação de um mundo propriamente humano, de uma natureza diversa daquela biológica. O mundo então se divide, surge a partir desse domínio da transformação da natureza o reino dos homens, dos homens que trabalham.

Assim, a capacidade de transformar, criar e dar vida as coisas que antes ninguém imaginou (trabalho) logo assumiu uma posição dentro os sistemas de valores das sociedades. Mas, somente com a chegada do capitalismo que o trabalho deixou de ser mais um valor para se tornar a instituição fundante da vida das sociedades modernas, ao ponto que poder se questionar a idoneidade e serventia de alguém apenas pelo critério do trabalho.

Não é com se a vida, para as sociedades capitalistas, tivesse fim no próprio trabalho, mas o trabalho tem fim em si mesmo e na sua reprodução, e a vida dele não consegue escapar. Por isso os indivíduos dependem diretamente do trabalho para sua permanência no mundo. É dentro desse cenário que o presente artigo toma forma.

Na tentativa de traduzir e compreender a forma como as sociedades capitalistas, complexas e de tradição ocidental progressivamente substituíram suas relações de Trabalho por relações de Labor e como essa substituição acarretou em uma sociedade dependente e viciada no trabalho e no consumo, recorre a conceituação da Teórica-política Hanna Arendt que, dentre outras coisas, associa o Labor a uma vida cíclica, de poucas mudanças e quase escravista.

No mesmo sentido, busca entender não somente a mudança e suas consequências como também o próprio processo que levou à reprodução e hegemonia do discurso de hipervalorização do trabalho. Para isso, se reconhece a atuação, material e simbólica, da ideologia capitalista neoliberal e dos discursos legitimadores da meritocracia, traçando as bases de uma teoria geral da ideologia e sua atuação dentro dos discursos.

Por fim e, no cerne das discussões, pretende penetrar nos discursos da meritocracia e do livre mercado, analisar sua influência ideológica e demonstrar como está sendo construída uma sociedade que apenas legitima os seus integrantes a partir de sua participação no mercado de trabalho e como, essa excessiva cobrança, somada a responsabilização individual dos *self made man*, e a crise político-econômica brasileira, levaram a uma precarização das relações de trabalho, levando milhões de trabalhadores à abrir mão de seus direitos e proteções trabalhistas por medo de uma morte simbólica.

Não obstante a tudo apresentado, para a realização deste artigo, fora realizada uma pesquisa qualitativa de natureza interdisciplinar, trazendo à conhecimentos da sociologia, da ciência política, da economia política e do direito, assim como multidisciplinar, transitando pela sociologia jurídica do trabalho, pelo direito constitucional e pela filosofia do direito. Fora também consultado a literatura especializada, analisados princípios e comparados dados de pesquisas encontradas na rede mundial de computadores.

2 TRABALHO E LABOR

2.1 DEFINIÇÃO DE TRABALHO E LABOR

É mais do que comum perceber a utilização dos termos Trabalho e Labor enquanto sinônimos nos mais variados discursos, mídias e textos, especialmente em

manuais de Direito do Trabalho³, ocorre que a língua não os distingue por mero apreço estética ou para permitir um leque de opções ao falante e sim por uma ontologia/construção histórica de seu significado – assim como quase tudo na linguística; A língua portuguesa, em especial, como já foi possível perceber abarca em sua estrutura essa diferença de sentidos e de história. Sendo assim, seria ingenuidade não tentar recorrer às estruturas linguísticas que conferem aos signos “Labor” e “Trabalho” seus sentidos.

Por mera causalidade, começamos pela análise do vocábulo “Labor” e suas bases históricas. Atenta Hannah Arendt, em seu livro “A condição Humana” (ARENDR, 1958), que apesar da falta de material histórico que se dedique a diferenciação entre os conceitos, uma clara evidência de que ela de fato existia é a presença de vocábulos distintos tanto para Labor quanto Trabalho em todas as línguas europeias. Para ela – e consequentemente para este estudo – essa constatação representa mais que uma mera coincidência, mas sim uma divisão objetiva que refletia muito das concepções políticas do mundo à época.

Dessa forma, na tentativa de evidenciar algumas dessas distinções linguísticas a língua grega diferencia esses conceitos entre *ponēin e ergazesthai*, já o latim entre *laborare e facere* ou *fabricari*; o francês, entre *travailler e ouvrier*; o alemão, entre *arbeiten e werken*, “em todos estes casos, só os equivalentes de Labor têm conotação de dor e atribuição” afirma Arendt (ARENDR, 1958, pág. 90).

Ainda no plano linguístico, outra evidência de que o uso dos termos Labor e Trabalho enquanto sinônimos nega toda a história que permeia esses vocábulos é a insuficiência para compor o “substantivo correspondente”. Enquanto a palavra Labor, como substantivo, jamais designa o produto final, o resultado da ação de laborar, este permanece sempre como um substantivo verbal, uma espécie de gerúndio. Por outro lado, é da palavra correspondente a Trabalho que deriva o nome do próprio produto.

Em uma espécie de espiral de continuidade e repetição, o Labor não consegue estabelecer uma relação de durabilidade com aquilo que se produz, seja na própria estrutura linguística, incapaz de nomear seu próprio produto, ou no mundo das coisas materiais, restringindo-se a garantir apenas a continuidade de sua atividade, objetivando o consumo imediato do que se produz. Um verdadeiro gerúndio, que nunca

³ É necessário apontar que a separação conceitual entre os termos Labor e Trabalho é proposta por Arendt e, portanto, não representa uma unanimidade dentro da literatura trabalhista, podendo inclusive existir diversos contrapontos a tal distinção. Por outro lado, apesar de ter plena consciência deste contexto, esta proposição continua sendo o referencial teórico de escolha deste autor.

cessa.

Dessa maneira, laborar era uma atividade quase que exclusiva dos escravos e servos na Grécia Antiga, uma atividade quase humilhante aos nobres e aos homens da política, já que para sua execução eram necessárias qualidades primárias e normalmente dedicadas aos animais, qual seja a força e a resistência do corpo: “tudo o que os homens tinham em comum com as outras formas de vida animal era considerado inumano” (ARENDDT, Hanna, 1958, pág. 95).

Por esta razão de ser, não havia espaço para que nobres investissem seu tempo em atividades que os aproximavam aos animais, tão comumente utilizados como mão de obra, e os afastasse da vida digna, boa e dedicada ao público como tanto valoriza a filosofia Clássica. Ou seja, labor representava além de tudo, uma fraqueza, uma condição de submissão e de sujeição ao próprio corpo. Aquele que dedica sua vida a sua própria manutenção, a temida “escravidão pela necessidade” como afirma Hannah Arendt. (ARENDDT, Hanna, 1958).

Por outro lado, temos o seu contraposto direto, o Trabalho. Este representava à época o exercício da singularidade e permitia o reconhecimento do indivíduo no mundo, não obstante, permitia em paralelo o exercício da intelectualidade e sua permanência pelas gerações. Diferentemente do labor, trabalhar exigia todas as qualidades inerentes a condição de indivíduo – o indivíduo aqui é posto e analisado sempre em um contexto de interação social e desenvolvimento de aptidões para o convívio em coletividade – como a da contemplação, do pensamento crítico e, também, dos estudos científicos.

Na certeza de que um pouco mais de contextualização se faz necessário para compreender o tamanho e a dimensão dessa diferença conceitual – vale frisar que é também de suma importância que estes conceitos estejam claros na mente do leitor, tendo em vista que se trata de uma das bases deste trabalho – requer a análise de duas narrativas da mitologia clássica: o mito da Aracne, que ao ser desafiado por Athena uma disputa para saber quem melhor dominava as habilidades de seu ofício conseguiu rivalizar com a deusa⁴; e o mito de Sísifo que por amar demasiadamente a vida e enganar a própria morte duas vezes fora condenado a o maior das punições, uma vida dedicada

⁴ Para a composição do mito foi utilizado como fonte principal a obra “As Fiandeiras” do pintor Diego Velázquez, bem como o roteiro apresentado no programa “Pinceladas de Arte” produzido pela Benecé Producciones S.L em parceria com o Museo Nacional del Prado-Madrid, distribuído pela Televisió de Catalunya. S.A, 2004 e, no Brasil, distribuído pela TV Cultura.

ao trabalho inútil e sem esperança (CAMUS, Albert, o Mito de Sísifo).

Na mitologia, todas as habilidades e talentos das criaturas eram concedidas pelos deuses e sua engenhosidade, entretanto, os mortais, com sua enorme capacidade de esquecer as coisas, esqueciam de suas raízes e acabavam por vangloriar-se de seus próprios atos. Isso mesmo aconteceu com Aracne, que deixou-se levar pelo enorme reconhecimento que recebera de seus conterrâneos e ignorava completamente os avisos e recomendações dos mais sábios. Certo dia, ao ser lembrada por um estranho de que era discípula da deusa Athena e a ela devia respeito, Aracne resolveu provocar a referida deusa, que preside as artes e os trabalhos manuais, convocando-a a um confronto público para que suas habilidades fossem postas em xeque.

Dessa forma foi feito, a deusa, ao saber da presunção da mortal, partiu a seu encontro. Nesse primeiro momento, ainda disfarçada de mera anciã, Athena resolve aconselhar a tecelã: “busque entre os mortais toda a fama que desejar, mas reconheça a posição da Deusa”. Com tamanha soberba, Aracne recusa-se a seguir os conselhos da anciã e, novamente, tenta humilhar a deusa desafiando-a. Já no segundo momento, após constatar a conduta irreverente de Aracne, Athena decide revelar-se e, na tentativa de demonstrar sua grandeza e superioridade aceita o desafio proposto.

Assim, partem as duas a um duelo que repercutiria até os tempos atuais, um embate entre a humanidade, que urge por sua independência e a deidade que demanda louvor.

Athena, com sua grandeza elabora uma peça de tecido complexa e repleta de figuras e acontecimentos históricos, demonstrando toda a magnificência dos olímpianos, bem como sua capacidade de punir aqueles que os profanam. Aracne, por sua vez, vestida de tremenda arrogância produz uma peça composta por passagens em que Zeus, o maior entre os deuses e também pai de Athena, transformou-se em criaturas inferiores para seduzir e deitar-se com outras espécies.

A obra produzida pela tecelã fora tão perfeita que nem mesmo a deusa das artes conseguiu encontrar um defeito sequer; ela extremamente irritada com a “derrota” golpeia Aracne na cabeça e destroça sua arte, submetendo a artesã uma situação tão vexaminosa que nem mesmo sua confiança e grande renome foram capazes de suportar. Aracne decide, então, se enforcar, mas, logo antes, de morrer é salva por Athena, que por respeito e admiração as habilidades da tecelã a transformo tecido que antes enforcava seu pescoço em teia e seu corpo em aranha. Dessa forma, Aracne continuaria a tecer sua

linda arte pela eternidade.

O que esta passagem pretende demonstrar é nada mais do que a capacidade emancipatória contida no Trabalho, levando uma simples artesã a rivalizar em habilidade com os próprios deuses do olimpo. Nada mais libertador do que a “criação” conquistar sua independência de seu “criador” pelas condições de suas próprias capacidades. O trabalho representa isso, a liberdade, a autonomia, a emancipação, a perspectiva de mudança e principalmente o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento.

Por outro lado, temos o Labor e o ofício desesperançoso e inútil de Sísifo. Ele, muito habilidoso e astuto – tem quem diga que possuía uma aptidão ao ofício salteador – foi procurado por Asopo para obter informações acerca de sua filha raptada, com uma condição: que fornecesse água a cidadela de Corinto. Às cóleras celestes ele preferiu a benção da água e, por isso, fora punido nos infernos. A história de Camus nos conta que, no inferno, encontrou uma forma de escapar e, para isso, acorrentara a própria morte.

Após longos anos desfrutando de sua liberdade no mundo terreno, logo próximo a morrer faz um pedido imprudente a sua esposa: que ao falecer, jogue seu corpo morto e insepulto em plena praça pública. Assim foi feito. Sísifo, ao retornar ao inferno, convence Plutão com toda sua persuasão a permitir seu retorno à terra para castigar sua mulher por uma atitude tão desrespeitosa. Dessa forma, pela segunda vez, Sísifo engana a morte e foge do inferno, vivendo por vários anos até ser definitivamente capturado por Mercúrio e conduzido, à força, ao reino de Plutão.

Os deuses, frente ao desdém de Sísifo, reuniram-se para debater qual seria a punição devida e chegaram a conclusão de que não havia nada mais penoso do que uma vida dedicada ao trabalho inútil e sem esperança. Sem objeção, Sísifo fora condenado a passar o resto de sua existência carregando até o topo de um monte uma rocha, que ao aproximar-se do ápice, se tornaria tão pesada que seria impossível de suportar seu peso, levando a única consequência lógica: a rocha rolaria monte à baixo; e eternamente esse seria o ofício de Sísifo, dedicar sua existência a cumprir uma tarefa que sabe nunca cessar.

Este mito, por sua vez, traz à tona as principais características do Labor, uma atividade que em essência não produz nada de duradouro ou que consiga constituir o mundo “humano” e que se restringe a produzir as condições mínimas para a sua continuidade. Assim como Sísifo, o Labor está fadado a eternamente produzir coisas

“inúteis”, num ciclo desesperançoso e sem perspectiva de mudança.

Atualizando a discussão apresentada anteriormente, o Labor e o Trabalho, apesar constituírem conceitos complexos e independentes, quando aplicados ao plano prático – em especial as sociedades complexas, capitalistas e de tradição ocidental – se confundem em uma série de interposições, tornando sua distinção quase imperceptível. Assim, desde a consolidação da indústria – e mais atual ainda, a informatização – que praticamente se extinguiu todo o Trabalho, restando, em nossas sociedades, apenas o Labor. “A revolução industrial substituiu todo artesanato pelo Labor; o resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do Labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés de produtos do Trabalho, que se destinam a ser usados” (ARENDR, Hanna, 1958, pág. 137)

Em uma sociedade propriamente educada ao consumo, a necessidade de substituir os produtos de uso – produzidos pelo Trabalho – é tamanha que simplesmente não existe tempo para que tais produtos sejam usados; as atualizações e upgrades compõem os indivíduos a estarem sempre em sintonia com o que o mercado oferece, isso os obriga a consumirem suas casas, carros e móveis constituindo, em essência, uma sociedade do consumo e, como o Labor está diretamente ligado à repetição e ao consumo, está também se tornando a sociedade do labor.

Dentro da perspectiva de que todo produto da sociedade é, hoje, destinado ao consumo e que consumo é um dos objetivos da atividade laboral, torna-se evidente que o trabalho desenvolvido é propriamente Labor; a repetição inerente a oferta em massa dos produtos bem com seu imediato consumo são marcas registradas dessa sociedade.

Neste momento específico de mudança e de sobreposição do Labor enquanto atividade produtiva predominante, cumpre destacar que, em conformidade com toda a história da humanidade e sua eterna busca por autonomia, a atividade laboral não se identifica como tal, suas bases históricas e seu conceito são mascarados e então ofertados a sociedade sob forma de trabalho. Assim, toda atividade que se destine a manutenção da vida humana é e passa a ser, academicamente, Labor, porém, no campo prático, trabalho.

Enquanto o labor domina hegemonicamente a atividade produtiva, o Trabalho e toda sua capacidade emancipatória limita-se ao status de lazer e como consequência, todas as atividades sérias, independentemente os frutos que produzam, são chamadas de trabalho, enquanto toda atividade que não seja necessária, nem para a vida do

indivíduo nem para o processo vital da sociedade, é classificado como lazer (ARENDR, Hanna, 2007).

3 IDEOLOGIA E TRABALHO

3.1 O QUE É IDEOLOGIA?

Para traçarmos uma definição de ideologia que atenda, satisfatoriamente, as necessidades deste trabalho, será necessário recorrer a alguns autores do pensamento “ideológico”, assim, portanto, seguindo o bom entendimento da ideologia, aqui será elaborado um conceito que define apenas, para esse trabalho, uma representação da relação do autor com as relações que regem sua vida.

Ainda, anteriormente a definição do conceito, cumpre destacar que, em um primeiro momento, a tese aqui elaborada será uma tese geral da ideologia e somente em momento oportuno será analisado um discurso ideológico (qual discurso não é ideológico?) em seu contexto específico, portanto, uma tese regional/localizada da ideologia.

Bom, um dos tópicos a serem discutidos neste capítulo já foi brevemente abordado, qual seja a necessária distinção entre uma (i) tese geral da ideologia e uma (ii) tese acerca das ideologias, seja ela moral, religiosa, familiar, jurídica, econômica, etc. É com base nessa separação entre o geral e o específico que serão abordados os pontos cruciais da ideologia, e posteriormente sua análise inserida em um contexto.

A expressão ideologia foi forjada por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, e que designava por objeto a teoria (genérica) das ideias. Quando 50 anos mais tarde, Marx retoma o termo, ele lhe confere um sentido totalmente distinto. A ideologia é, antes de Marx, conceituada enquanto um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social, mas a partir de seus escritos temos um sentido completamente distinto se formando (ALTHUSSER, 1998).

A ideologia é então para Marx, afirma Althusser (1998, pág. 83) “um bricolagem⁵ imaginário, puro sonho, vazio e vão, constituído pelos ‘resíduos diurnos’ da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos,

⁵ O verbo *bricoler*, do francês, não tem tradução direta para o português, significando a maneira pragmática pela qual a partir da junção de pedaços de coisa diferentes pode-se construir outras coisas. A bricolagem indica a ação de construção sem um projeto estabelecido, indica também que não se conta com os elementos adequados à mão.

materiais, produzindo materialmente sua existência”.

Por outro lado, Althusser (1998, p. 84) propõe, retomando os termos da ideologia alemã de Marx, algumas mudanças e adequações à teoria geral da ideologia, partindo do pressuposto de que: a ideologia não tem história; Diferentemente do materialismo adotado por Marx em sua definição de ideologia, Althusser sustenta que “as ideologias têm uma história sua e, ao mesmo tempo, “quea ideologia em geral não tem história, não em um sentido negativo, mas num sentido totalmente positivo”.

A ideologia não teria história por se tratar de uma estrutura específica e com uma lógica de funcionamento próprios que não estão sujeito à história, isto é, são estruturas que se mantiveram imutáveis em sua forma em toda a extensão da história; devido sua permanência no tempo, e sua não sujeição aos efeitos da história, a ideologia em geral não teria história.

Pode o leitor estar se perguntando por que saber se a ideologia tem ou não história seria importante para o desenvolver deste trabalho; é um questionamento válido, e facilmente respondido: a importância desta discussão reside unicamente na caracterização da ideologia enquanto um fenômeno material (contrariando aqueles que pensavam, inicialmente, uma teoria das ideologias) e não mais meramente simbólico e, portanto, metafísico. Sua materialidade constitui papel fundamental, tendo em vista que sua atuação se concentra nas relações materiais entre os indivíduos e entre as instituições sociais (ou também, como diria Althusser, os aparelhos ideológicos do estado).

Aqui se faz necessário uma abordagem um pouco mais aprofundada, e portanto, será necessário imaginar, com as devidas concessões conceituais, que um indivíduo inserido em um contexto de atuação da ideologia não será, por ela, atacado e forçado a agir contra sua vontade; Pelo contrário, é papel da ideologia “seduzir” o indivíduo a aceita-la e a consumi-la (e posteriormente reproduzi-la), fazendo-o simplesmente concordar e reproduzir todos os rituais e discursos daquele contexto em que se encontra.

Dessa forma que se afirma a materialidade da ideologia que, apesar de atuar de forma simbólica no sistema de crenças, opiniões e induzir o indivíduo a aceitar sua lógica de funcionamento, faz com que sejam igualmente aceitos os rituais e comportamentos daquele contexto. Assim, mesmo que seja em última análise, a ideologia acarreta consequências materiais nas relações entre os indivíduos e entre as instituições.

Essa atuação leva à próxima etapa para consolidar o conceito de ideologia, para isso é inevitável recorrer a tese formulada por Althusser: (1998, p. 85) “A ideologia é uma ‘representação’ das relações imaginárias dos indivíduos com suas condições reais de existência”.

Para que a construção do argumento ocorra da forma mais didática possível, será percorrido uma trajetória que primeiro comprovará (i) porque a ideologia é uma representação e, posteriormente, (ii) porque representa as relações imaginárias dos indivíduos com as condições de sua existência.

A resposta ao ponto i perpassa, obrigatoriamente, quanto a estrutura e função da própria ideologia, enquanto o ponto ii refere-se ao objeto(s) da(s) ideologia(s). Ouseja, quanto a sua função, a ideologia pretende enraizar uma realidade, cristalizá-la etorná-la imutável, ela seleciona, dentro do espectro do real⁶ uma das inúmeras configurações que a realidade poderia adquirir, mas que, por acaso do destino, ou deatores políticos, não vieram a se institucionalizar⁷.

É, então, através dessa eterna luta pela institucionalização que a realidade se molda. Não existe nada que escape às garras da ideologia, não há indivíduo que exista fora dela (o indivíduo inserido em um contexto de ideologia é na verdade chamado de sujeito. Essa diferença ainda será objeto de discussão), a única alternativa restante é tornar-se consciente de sua atuação de suas consequências.

Sabendo disso, a ideologia é, em sua própria essência, uma complexa e eterna representação do real, como veremos mais a frente, uma representação da relação imaginária dos sujeitos com as condições reais de sua existência. As ideologias, cada uma com seu objeto de representação, vai tentar tornar essa representação de seu objeto realidade.

Ultrapassada a questão da função da ideologia, resta, apenas, explicitar os objetos das ideologias e, portanto, as relações imaginárias dos sujeitos com as relações que regem suas vidas. Antes de tudo, diz-se “as relações imaginárias” dos sujeitos pelo mesmo motivo de que pode ser afirmado que a ideologia “representa”, pela incapacidade de representar a própria realidade e sim o que dela é percebido, no caso em

⁶ É aqui utilizado a concepção Lacaniana sobre o Real, que é muito bem sintetizada por Braga, “O real é o registro psíquico que não deve ser confundido com a noção corrente de realidade. O real é o impossível, aquilo que não pode ser simbolizado e que permanece impenetrável no sujeito” (BRAGA, 1999, p.2); Lacan (1955/56) aborda que: o real é o que se escapa à simbolização (...)

⁷ O conceito de institucionalização utilizado é emprestado de Peter Berger e Thomas Luckmann, A construção social da realidade, “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores”.

tela: o que os sujeitos percebem de suas relações.

Essa afirmação deriva, principalmente, da ideia de que toda opinião e interpretação do mundo é, obrigatoriamente, processada por um sujeito, ou seja, é sempre baseada em concepções particulares de certo indivíduo/sujeito, quer seja dentro de um contexto religioso, jurídico, escolar, familiar, etc. (seriam esses, portanto, os objetos que seriam representados pela ideologia).

Esse processo é dinâmico, tendo em vista que ao mesmo tempo em que a estrutura ideológica coopta a participação do indivíduo transformando em sujeito e o sujeitando à lógica do AIE⁸ em que está inserido, é esse próprio sujeito que, seduzido pela ideologia, aceita as diretrizes e rituais de seu contexto e corrobora com a reprodução da própria ideologia e empodera o AIE.

Portanto, a ideologia é uma “representação” (porque ela oferta aos seus sujeitos uma imagem específica da realidade) da relação imaginária (o caráter imaginário posto aqui é meramente para acompanhar o materialismo essencial que a realidade possui, nunca podendo ser alcançado, apenas interpretado) dos indivíduos (que agora inseridos nesta representação passam a se chamar sujeitos) com suas condições reais de existência.

3.2 O DISCURSO DA HIPERVALORIZAÇÃO DO TRABALHO É IDEOLÓGICO

Foi tratado na sessão anterior acerca da teoria geral da ideologia e de seu próprio conceito, agora, nesse espaço, os esforços serão voltados a aproximar conceitos de Labor e Trabalho à atuação da ideologia, demonstrando, por fim, porque os discursos que hipervalorizam o trabalho são ideológicos.

Como recém apresentado, todas as ideias e opiniões de um indivíduo (sujeito), são, necessariamente, sua análise particular e imaginária da realidade que o circula, isso representa em um primeiro momento, que, por definição e consequencialógica, qualquer discurso é um discurso ideológico. Isso é verdade, para isso, será necessário retornar algo que já fora falado: não existe indivíduo que esteja além da ideologia (inclusive é este o fator pelo qual todo indivíduo é e deve ser entendido, em um contexto de

⁸ A sigla designa o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado que é definido por Althusser (1998, pág. 68) como um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Na intenção de romper com a generalidade dessa definição, existe alguns aparelhos ideológicos como o sistema das diferentes igrejas (AIE religioso), das diferentes escolas (AIE escolar), familiar, jurídico, político...

ideologia, como sujeito).

Ocorre que não se pode simplificar um tema de tamanha complexidade sob pena de incorrer em reducionismos e acabar esvaziando o sentido deste trabalho. Por isso, é necessária uma reprodução mais adequada da atuação da ideologia no discurso.

É sabido que a ideologia atua pelo discurso, representando as relações imaginárias dos sujeitos com as condições reais de sua existência, ou seja, será através do discurso que um grupo conseguirá reproduzir sua ideologias, ou melhor dizendo, será por meio do local privilegiado que o discurso ideológico é proferido que ele alcançará outros sujeitos que, pela sedução da ideologia sujeitar-se-ão, também, a este discurso e passarão eles mesmo a reproduzir esta representação.

Em outras palavras (utilizando como exemplo e prezando pela didática) quando a entidade capitalismo sobe em seu picadeiro hegemônico e reproduz que será através do trabalho que poderão, os indivíduos, serem salvos, emancipados e felizes, ela oferta a seus “participantes” uma ideia sobre o que é trabalho, salvação, emancipação e felicidade, fazendo com que sejam ofuscadas toda a multiplicidade de configurações que estes conceitos poderiam ter, tornando sua própria definição a única possível.

Reside, neste momento específico, o maior dos males: a negação de outros discursos. Enquanto for ofertado aos sujeitos desta ideologia esse discurso, dificilmente serão percebidas as diferenças gritantes entre o Labor e o Trabalho e, continuarão os sujeitos a reproduzir as relações imaginárias oferecidas pelo Sujeito⁹, de maneira semelhante ao próprio Sísifo: eternamente condenados à reprodução.

Assim, proferir um discurso que não evidencia a diferença entre Labor e Trabalho, é o mesmo que desconsiderar essa evidência e a consequência disso é a reprodução de uma relação imaginária que força uma distorção da realidade e sujeita os indivíduos a uma vida fadada ao Labor, a reprodução e ao consumo.

Cabe aqui também, rapidamente, no intento de prover sustentação ao argumento, expor a influência que o capitalismo teve e continua a ter, tanto na conquista hegemônica das atividades produtivas pelo labor quanto na reprodução do discurso, também, hegemônico, de hipervalorização do trabalho e, portanto, da expansão dessa ideologia. Percebe-se que apesar de sua análise neste trabalho se dá de forma separada,

⁹ Sujeito em maiúsculo é aquele que interpela os indivíduos e os sujeita, trago ainda, Althusser quando utiliza a ideologia religiosa para exemplificar a interpelação e a atuação do Sujeito, “A interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a ‘existência’ de um Outro Sujeito, único, e central, em Nome do qual a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, Louis.)

na realidade eles possuem uma conexão muito íntima: Hipervalorizar o trabalho é consequência direta da forma como este grupo interage com a realidade que rege sua vida; dessa forma, os sujeitos desta ideologia reproduzem esta relação imaginária com o trabalho através de discursos (também ideológicos) e ofertam a outros uma parcela restrita da realidade (que apesar de ter consciência de sua limitação, não abre espaço para outros discursos).

É, então, por esse processo de reprodução e significação que o sentido da palavra Trabalho se perde. A lógica capitalista sequestra o vocábulo e esvazia seu conteúdo, ao mesmo tempo em que introduz uma lógica produtivista voltada a obtenção de lucro. O caráter emancipatório da natureza humana inerente a atividade do Trabalho se perde e, em seu lugar, assume a necessária repetição e escravidão frutos do Labor. Não mais se usam os objetos, os artifícios humanos são consumidos quase tão rápido quanto suas próprias vidas. O Capitalismo e sua eterna produtividade faliu as “Aracnes” e fundou uma sociedade de “Sísifos”.

4 ANÁLISE DE DISCURSO: O MITO IDEOLÓGICO DA MERITOCRACIA

4.1 O QUE É MERITOCRACIA?

Meritocracia é um conceito escrito pela primeira vez pelo sociólogo britânico Michael Young em 1958, no clássico da ciência política, *Ascensão da Meritocracia* e, muito bem definido e estudado pela antropóloga brasileira Livia Barbosa que toma o tema como seu objeto de estudo no livro *Igualdade e Meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Será adotado por este trabalho, em sua grande parte, as referências e estudos da antropóloga brasileira, para compor o sentido de meritocracia e, a partir dessa definição, tecer suas críticas.

Ainda, antes da definição propriamente de meritocracia, Livia faz algumas distinções conceituais e práticas em seu estudo que merecem ser reforçadas neste momento introdutório e, dentre todas elas (as que são de maior interesse para este trabalho), a caracterização da meritocracia enquanto ideologia em sua dimensão positiva, ou seja, meritocracia enquanto elemento fundante e motivador das sociedades modernas complexas. Dessa forma, não englobará ao conceito de meritocracia da Livia Barbosa, a concepção sua enquanto critério de hierarquização.

Meritocracia é, portanto, o conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um, ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais (BARBOSA, Lívia, 1999). Trazendo para a linguagem dos demais autores adotados como referência para este trabalho, meritocracia seria uma representação das relações de mérito e desempenho individual dos sujeitos com as condições de Labor e Trabalho que regem, materialmente, suas vidas.

4.2 O PAPEL DO NEOLIBERALISMO

Ultrapassado a definição de meritocracia adotada, resta apenas endereçar as devidas críticas ao mito ideológico da meritocracia (enquanto discurso que hipervaloriza o trabalho) e como este discurso legitima a precarização das relações de trabalho. Para isso, será demonstrado, nessa sessão, como o discurso neoliberal, principalmente em suas versões thatcheriana e reaganiana contribuíram para a disseminação da ideologia meritocrata e ela, associada aos valores neoliberais fundaram uma sociedade baseada no consumo, na reprodução e no Labor.

Pois bem, o neoliberalismo e sua nova concepção e atualização dos conceitos clássicos do liberalismo, vem para contestar e pôr em xeque além do sistema de governo vigente, o Estado do bem-estar, como também o próprio indivíduo por ele produzido. Ou seja, todo o sistema de crenças e valores estabelecidos pelo modelo anterior.

O neoliberalismo propõe então, a nível de indivíduo, uma mudança drástica de quase negação aos valores anteriores, os homens e mulheres frutos desse modelo encarnam os princípios da autonomia, competitividade, empreendedorismo, criatividade, esforço e tendo o trabalho como valor central de sua existência (BARBOSA, Lívia, 1999). A partir do estabelecimento desses princípios, a responsabilidade e atribuição coletiva pelos destinos dos menos favorecidos é alvo de intensos combates e represália, reafirmando o desempenho individual como único critério legítimo para organização da sociedade. Uma frase que se tornou icônica dentro desse contexto foi proferida pela ex-primeira ministra do reino unido Margaret Thatcher (1987) “There is no such thing as Society. There are individual men and women and there are families”.¹⁰

Esse modelo não se restringiu a negar os pressupostos de comunidade e

¹⁰ Tradução livre: não existe tal coisa com sociedade, existem apenas homens, mulheres e famílias.

sociedade existentes anteriormente, como também estabeleceu o fenômeno do *Self-Made Men*¹¹, ou como gosto de chamar, fenômeno da responsabilização individual. Foi através da negação da sociedade que se estabeleceu o indivíduo enquanto foco de toda e qualquer mudança social independente de todo e qualquer contexto em que esteja inserido.

Para além do transporte da responsabilidade da antiga sociedade ao indivíduo, também foi incorporado pelo ideal neoliberal a entidade Mercado um local, hipotético, de encontro de indivíduos juridicamente iguais e autônomos, capazes de firmar contratos que não interessam a mais ninguém, à exceção das partes que estão diretamente envolvidas (BARBOSA, Livia, 1999). Esse recanto pressupõe e, ao mesmo tempo reafirma, a própria meritocracia enquanto ambiente livre de pressupostos hereditários e condições que diferenciem os participantes, em suma, o mercado pressupõe (e precisa que exista) um ambiente de plena igualdade.

Mesmo sabendo que é impossível analisar um indivíduo (e valorizá-lo a partir disso) sem levar em consideração sua história e seu contexto, não se pode cair na tentação de tecer críticas ao neoliberalismo, ao mercado e a meritocracia enquanto entidades autônomas e independentes, já que está não é a proposta deste estudo. Antes disto, é necessário estabelecer um vínculo de sentido entre a atuação do neoliberalismo e seus pressupostos e a distribuição de um discurso que legitima a precarização das relações, finalizando esse caminho, atingimos seu objeto.

Continuando, um terceiro fator que merece destaque e talvez passe despercebido pela maioria dos leitores é a própria hipervalorização do trabalho. Neste momento, ele surge não enquanto um fenômeno apartado, mas como princípio corolário do neoliberalismo, fundante da identidade dos sujeitos desse regime. Ora, atentemos aos detalhes, (i) o pressuposto de formação da identidade dos indivíduos é, dentre outros, o trabalho enquanto valor central de sua existência, (ii) o mercado fornece um ambiente de plena igualdade onde as potências individuais podem ser valorizadas, portanto, um ambiente que estimula a competitividade e (iii) o deslocamento de toda a responsabilidade anteriormente do Estado ao indivíduo. Todos esses aspectos demonstram, com clareza, que a sociedade neoliberal é fundada sob uma espécie de relação de eterna autoafirmação.

¹¹ Traduzido livremente "Homem feito por si mesmo" é um termo comumente utilizado para descrever pessoas bem-sucedidas que não dependeram de ninguém ou de nenhum fator externo, mas apenas de seu próprio esforço.

A todo momento os indivíduos são estimulados a competir para comprovar quem é competente, quem é merecedor, quem, através de seus próprios esforços galgou o que hoje possui. A existência não se restringe apenas a esfera biológica, mas também ao campo simbólico. Não apenas devem agir para garantir a manutenção de sua existência biológica (atendendo as necessidades fisiológicas) como também a sua existência (e porque não permanência) simbólica, o corpo não é mais o único a exigir-lhes algo, agora quem os move é o mercado, o ideal neoliberal e a meritocracia. Os esforços empreendidos pelos sujeitos devem garantir que são merecedores o suficiente para adentrar o mercado de trabalho e, todos os dias, que continuam sendo merecedores de permanecer nele.

A competitividade adiciona às relações materiais que regulam a vida uma necessidade simbólica dialética: ao mesmo tempo que impõe ao sujeito que adentre e permaneça no mercado, sujeita outros a consumir o que o mercado oferece, do contrário o sistema entraria em colapso com tanta criatividade, empreendedorismo e ganância. É, portanto, através da necessidade de garantir, incessantemente, sua existência simbólica que o sujeito inova e repete, que produz e consome, que trabalha para existir.

Assim, resta clarividente a interação promíscua entre os interesses meritocráticos do neoliberalismo com a dominação do Labor sob todas as outras formas de atividade produtivas. Para o mercado, não há forma de trabalho mais eficiente que o Labor, nada estimula mais o sujeito do que sua própria manutenção, biológica e simbólica. Por essa razão, o indivíduo em sua contínua e angustiante busca pela autoafirmação, torna-se o polo mais frágil e o mais suscetível a ter seus direitos flexibilizados e, como o *animal laborans* (ARENDR, Hanna, 1958) é essencialmente um ser voltado ao trabalho, o Direito trabalhista é o primeiro a sofrer retaliações.

4.3 PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

Para a melhor verossimilhança da análise e, posteriormente, da crítica, cumpre adicionar ao contexto brasileiro não somente a influência de um sistema de influência neoliberal meritocrata, com também do mercado e uma avassaladora crise socioeconômico e política que deixou impresso na sociedade brasileira altas taxas de juros, inflação e desemprego, ultrapassando 22 milhões de desempregados no ano de 2016 (BRASIL, 2016).

Ou seja, lida-se aqui com as condições de necessária autoafirmação simbólica de uma vida voltada ao trabalho (apresentadas na sessão anterior) e um contexto político-econômico de escassez de oportunidades de ocupação, com massas inimagináveis desempregadas, de sujeitos impedidos de se representar simbolicamente.

As tensões sociais se elevam, todos continuam a reconhecer o trabalho enquanto valor máximo da vida digna, mas o mercado não mais está disponível para essas 22 milhões de pessoas (isso porque o mercado nunca esteve preocupado com a vida que não sua própria manutenção) e os sujeitos desempregados continuam a esperar, ansiosos, uma resposta.

Após verdadeiras batalhas políticas e ideológicas, que, vale ressaltar, culminaram em um impeachment, algumas propostas de respostas foram elaboradas, após vários meses, aprovadas. Ocorre que a resposta obtida veio em forma de flexibilização de normas e direitos, em especial direitos trabalhistas (reforma trabalhista) e previdenciários (reforma da previdência), que apesar das expectativas não conseguiram conter os avanços do desemprego e muito menos das tensões sociais.

O país, ainda com um número expressivo de desempregados, e agora com intensa flexibilização das normas e direitos, se tornou um campo fértil para a precarização das relações de trabalho, manifestando-se de diversas maneiras, conforme aponta Jéssica de Oliveira Alencar Correia (2016) “A precarização no trabalho ocorre de várias formas, dentre as quais podemos destacar a falta de segurança no meio ambiente de trabalho, comprometimento da saúde do trabalhador, aumento da terceirização e informalidade”.

Com o espantoso número de 24,1 milhões de trabalhadores por conta própria (número recorde desde 2012)¹², resta evidente que a saída adotada por grande parte dos brasileiros foi a informalidade. Na constante e eterna luta para afirmar sua existência, os trabalhadores assumem riscos inimagináveis e aceitam condições desrespeitosas de trabalho e serviço.

Fadados à luta pela representação dentro do espaço da informalidade, os sujeitos acabam por reafirmar cada vez mais os ideais neoliberais de inovação, criatividade e do *self made men*. O Brasil se tornou o país dos patrões, dos profissionais

¹² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/taxa-de-desemprego-cai-e-fica-em-12-no-segundo-trimestre-de-2019.shtml>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

liberais e do emprego informal, com número alarmante de 49,3 milhões de pessoas que exerciam alguma atividade empreendedora no país¹³, percentual particularmente alarmante se comparado com a quantidade de trabalhadores de carteira assinada que não ultrapassa os 36 milhões¹⁴.

Esses dados corroboram diretamente com a análise feita neste estudo, enquanto o trabalho continuar sendo o valor fundante da sociedade a necessidade de representação e participação dessa lógica laboral motivará os sujeitos a, de uma forma ou de outra, (formalidade ou informalidade, a depender do momento político-econômico do país) participar das atividades produtivas e, propriamente dito, ser parte integrante da sociedade.

Novamente se faz necessário tornar claro algumas ideias e opiniões apresentadas, não se pretende encerrar as atividades produtivas sob o pretexto de dominação e escravidão pela necessidade fomentada pelas estruturas capitalistas do neoliberalismo e meritocracia, mas sim ressaltar o que de fato ocorre (e como ocorre) e quais as consequências práticas e simbólicas de uma sociedade que esta disposta a sacrificar (flexibilizar) seus direitos e garantias para vislumbrar sua inserção no mercado de trabalho e satisfazer o dever moral fundante de seus desejos.

Então, os mais de 49 milhões de empresários brasileiros reafirmam, pela sua própria existência, que o trabalho é o fundamento básico da sociedade brasileira, que a competitividade impera e que o mercado, através da meritocracia, regula as interações sociais, evocando aos sujeitos o espírito empreendedor de inovação, criatividade e dedicação. Fora criado até termos para definir esses indivíduos doentes obcecados pela autoafirmação e permanência no mercado: os *workaholic*¹⁵. A lógica de competitividade é tão insana que produz sujeitos adoecidos e ainda encontra artifícios simbólicos e linguísticos para legitimá-los.

Ao fim, é produzido e reafirmado, pela lógica capitalista, pelo sistema neoliberal de valores, pelo discurso meritocrata, uma sociedade dependente e refém do livre mercado, um conjunto de indivíduos escravizados e manipulados pela necessidade. Sujeitos eternamente cíclicos, dispensáveis cuja única habilidade é a repetição e o

¹³ Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/empreendedorismo/noticia/2018/10/numero-de-empresendedores-no-brasil-mais-que-triplica-em-10-anos.html>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

¹⁴ Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/empreendedorismo/noticia/2018/10/numero-de-empresendedores-no-brasil-mais-que-triplica-em-10-anos.html>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

¹⁵ Termo em inglês que em tradução livre representa pessoas viciadas em trabalho, porém, imerso nos parâmetros apresentados por este trabalho assume um caráter de dependência ao trabalho, não por paixão ou prazer, mas pura e tão somente dependência.

consumo. Nada mais é usado, apenas consumido, sejam objetos, bens ou relações sociais. Nessa sociedade o indivíduo impera e torna-se seu fardo ter que lidar com suas próprias escolhas (como se ele tivesse sobre elas algum tipo de autonomia).

4 CONCLUSÃO

Resta evidente, após toda a revisão bibliográfica e análise do contexto brasileiro, que a irresponsável disseminação de discursos ideológicos meritocráticos de hipervalorização do trabalho, resultam em uma sociedade doente, dependente e fadada a permanência eterna em um ciclo de desesperança e sujeição.

Os indivíduos produzidos pelas sociedades capitalistas são incapazes de significarem a vida por si só necessitando, a todo momento, da aprovação do Mercado e, conseqüentemente, dos outros integrantes, para garantirem sua permanência simbólica no mundo. Além das preocupações advindas da manutenção biológica, ou seja, do próprio ciclo natural, os sujeitos têm que garantir sua vida dentro do imaginário e das redes de significado produzidas pelo sistema neoliberal meritocrata.

Dessa forma, os discursos produzidos por esse modelo de organização social (capitalismo) a todo momento reafirmam os ideais dos *self made man*, da responsabilização individual, da inovação e do empreendedorismo. Excluindo dessa equação a participação da sociedade. No reino do indivíduo, impera o “Eu” e inexistem o “Nos”. A lógica competitiva incentiva e fadada os sujeitos a eterna demonstração de realização, sucesso e esforço tornando-os escravos de sua existência perante o mercado.

A eterna repetição e demonstração de competência, aliada a produtividade em excesso, típica do capitalismo, transformaram todas as atividades produtivas das sociedades capitalistas em ações próprias do Labor. Não existe espaço para nada que não seja dedicada a manutenção e garantia da existência do sujeito, seja ela física ou simbólica. Os trabalhadores se tornaram escravos não somente de seus próprios trabalhos, como de suas necessidades.

Assim, a representação das relações dos trabalhadores com suas reais condições de trabalho, foi esvaziada e deu lugar a representação que o próprio sistema capitalista (em nome do modelo neoliberal) tem das relações que os trabalhadores têm com suas condições de trabalho. Isso representou, para além, do completo sequestro do sentido da palavra Trabalho como também os obrigou a simplesmente aceitar todas e

quaisquer condições de Trabalho. Sem uma referência clara sobre o que é trabalho digno, ou melhor, tendo perfeitamente a referência oferecida pelo mercado, de que não interessa quais sejam as condições de sua ocupação o importante é ter alguma, os trabalhadores abrem mão das garantias e direitos trabalhistas.

É, portanto, nessas condições que se afirma que: a sociedade capitalista fundada sob os pilares meritocráticos do neoliberalismo formam sujeitos doentes e dependentes do trabalho, ao mesmo tempo em que, simbolicamente obrigam todos os indivíduos a se tornarem senhores de seus destinos, mesmo estando todos eles presos em um ciclo profano e desesperançoso de repetição e consumo, sem qualquer possibilidade de, um dia sequer, assumirem as rédeas de suas vidas.

Essa condição existencial está refletida, além de tudo apresentado, nas relações precárias de trabalho. Seguindo essa lógica de cobrança e responsabilidade individual, aliada aos altos discursos de incentivo à emancipação e ao surgimento de empresários de si mesmo, cada vez mais percebe-se a fuga dos trabalhadores das condições ideais de trabalho.

Os altos índices de empresários e baixos números de carteiras assinadas demonstram como esses discursos penetraram o imaginário social capitalista e promoveram mudanças drásticas na realidade brasileira. Os empregos de antigamente logo foram substituídos pelos trabalhos e estes, na mesma velocidade foram superados pelas ocupações. As proteções trabalhistas já não existem mais, os salários mínimos não são necessários, e os controles de jornada passaram a ser meras fábulas de uma sociedade que costumava ter empregados.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hanna. **A condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia**: A ética do desempenho nas sociedades modernas. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2008.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desemprego cai, mas renda média diminui e crescemos**

trabalhadores informais. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/taxa-de-desemprego-cai-e-fica-em-12-no-segundo-trimestre-de-2019.shtml>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil: 2016.** Curitiba. IBPQ, 2017.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. **A ideologia do contrato de trabalho:** contribuição à leitura marxista da relação labora. 2012. Dissertação (Mestrado) – Curso de direito do trabalho e da seguridade social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAWLS, John. **Justiça como Equidade:** uma reformulação. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

REVISTA PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS. **Número de empreendedores no Brasil mais que triplica em 10 anos.** 2018. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2018/10/numero-de-empresarios-no-brasil-mais-que-triplica-em-10-anos.html>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TEXTO, ENUNCIÇÃO E DISCURSO (2010: Rio Grande do Sul). O discurso do trabalhador e a construção de sua identidade numa perspectiva dialógica. **Anais do Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso. Rio Grande do Sul:** PUC-RS, 2010.

SILVA, Nara Roberta. **A ideologia e sua fundamentação no trabalho.** Revista de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista [online]. 2011.

STANDING, Guy. **O Precariado:** A nova classe perigosa. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

STANDING, Guy. **O precariado e a luta de classes.** Rev. Crítica de Ciências Sociais 2014, n. 103, p. 09-24.